

**Proposta de Estratégia Global para o Movimento Mérito e Sociedade**  
**Candidatura a Presidente do MMS de Francisco Gomes de Oliveira**  
**Fevereiro de 2010**

“ Lá nos confins da Península Ibérica, existe um povo que não governa nem se deixa governar ”, já dizia Caio Júlio César, Líder Militar Romano...

## **1) Definição Ideológica do partido**

Caros Militantes.,

Estando no Partido, ao lado do Prof. Eduardo Correia, quase desde a sua génese, sei que a intenção inicial foi não assumir uma definição ideológica, dentro do velho dualismo da geometria política, da direita ou esquerda, mesmo com todas as suas variações, combinações e eufemismos. Assumiu-se, desde a génese, à intenção de intervir politicamente fora do sistema, como sendo da frente, como sendo apologistas das ideias concretas, e não das ideologias.

A história mostra-nos que há casos em que governantes chegaram ao poder sem terem uma ideologia firme e foram-na construindo à medida que governavam sem se preocuparem se eram ou não medidas de direita ou esquerda.

Porém, medidos os resultados, sou (somos) forçado(s) a concluir que a ideologia tem importância, sobretudo como factor de identificação, de reconhecimento do indivíduo para com a entidade em que se revê. Efectivamente verificamos que a demonstração da convicção se faz, essencialmente, na convicção das ideias, partindo destas a prática que se pretende para o País. Identificou-se a necessidade clara de cada um sentir que as políticas emanam das ideias, tendo dificuldade em entender a política sem a sua componente ideológica, em virtude de haver uma subliminar necessidade de ter essa base de sustentação.

No entanto, apesar de continuarmos a achar que o velho dualismo é desadequado, partimos em busca de uma identificação ideológica. Mais do que procurarmos saber se somos de direita ou esquerda, a preocupação foi entendermo-nos, sabermos quem somos, como surgem as políticas que acerrimamente defendemos como úteis e urgentes para Portugal.

Falamos de ideais, tão necessários à vida política, são eles que criam a capacidade de mobilização das pessoas e que juntamente com a análise dos meios que temos ao nosso dispor nos ajudam a saber qual o tipo de sociedade que queremos criar para as gerações mais novas.

Do estudo e da introspecção realizada concluímos que a matriz ideológica que reconhecemos como sendo aquela de que Portugal necessita é a do Liberalismo Democrático, assente no paradigma da Sustentabilidade em que as dimensões Social, Económica e Ambiental se complementam, colocando a Qualidade de Vida dos cidadãos na base de todas as Políticas.

Liberalismo porque o Estado deve disciplinar e não dominar, democrático porque o envolvimento do Estado em determinadas áreas é para nós essencial por forma a melhorar a qualidade de vida dos portugueses.

## **2) Proposta ao Congresso de Alteração do nome do partido**

A proposta será a de manter o logo/imagem do partido, alternado a sua designação para “Partido Liberal Democrata”, assumindo, desde logo, a nossa filiação na “Família Política Liberal Europeia”.

### 3) Organização Regional

O MMS-PLD (Partido Liberal Democrata) tem de dar continuidade à política de afirmação Regional, trazendo para a “militância” todos aqueles que se sintam motivados para tal, apostando nas Estruturas Regionais, em consonância com o disposto no Artigo 10º dos Estatutos.

Irei, pois, em conjunto com a Comissão Política Nacional, estimular a Instituição de:

1. **Comissões Políticas Distritais** – uma por Distrito do Continente e mais uma por cada Região Autónoma;
2. **Comissões Políticas Concelhias** – em ligação com as primeiras, e sempre que o número de militantes assim o Justifique.

### 4) Definição de Políticas

A evolução para um Partido de cariz Liberal Democrata (MMS – PLD Partido Liberal Democrata) far-se-á através da reflexão e produção política que apresente programas de governação a nível nacional e local, orientados para a qualidade de vida dos cidadãos,

Queremos contribuir para a evolução da democracia, contribuindo para a construção de uma sociedade livre, justa, participativa, pluralista, segura, desenvolvida, pacífica, solidária e sustentável.

Somos contra o Estado Providência que actualmente se criou em Portugal, coração da política Socialista e Social-Democrata, que cria tantos problemas como os que consegue resolver, em que ao Estado se pede Tudo, inclusive que garanta a Redistribuição da riqueza que, infelizmente, o País não cria.

Acreditamos na importância de uma sociedade civil forte, no princípio do governo democrático, no mercado livre e na cooperação internacional, como formas de promover, no balanço dos nossos princípios, valores, missão e forma de estar, para o progresso económico e social de Portugal, assente no cada vez mais actual paradigma da sustentabilidade.

Somos pela Republica, independente de toda e qualquer Religião, somos pela primazia da liberdade individual de pensamento em todas as questões de consciência (aborto, eutanásia, casamento entre pessoas do mesmo sexo), e somos pela liberdade garantida pela segurança. Defendemos a urgência de que no nosso país haja uma sociedade onde a liberdade individual seja garantida, através da lei; através do acesso à educação; através da liberdade de expressão, associação e acesso à informação; através da igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres; através da tolerância da diversidade no contexto do valor maior do bem estar.

### **É nossa convicção que um governo existe para:**

- Criar e proteger um ambiente publico aberto onde o debate político sem restrições possa ser continuado.
- Proporcionar formas de segurança colectiva e de assistência a nível de educação e saúde.
- Regular os mercados para defesa do interesse publico e estimular a competição no mercado quando os monopólios a ameaçam.
- Promover a paz social através do controlo dos meios de exercer violência e de forças de segurança.

Defendemos assim **Profundas Reformas Estruturais**, com uma visão de Médio e Longo Prazo:

#### **1. Na arquitectura Política e do Modelo de Governação;**

- Contribuindo para a Aproximação entre Eleitos e Eleitores;
- Trazendo o “escrutínio” para a primeira linha das decisões no que toca à selecção de Recursos Humanos para a Administração Pública;

- Apostando na Descentralização (e não na regionalização, com mais uma “camada” do Poder Político...) e no reforço dos Poderes do Poder Local em todas as matérias que exijam uma Política de Proximidade (apoio social, saúde, educação...);

## **2. Das Dimensões Social, Económica e Ambiental, trazendo o conceito da Sustentabilidade como factor crítico de sucesso para as Políticas sociais, de emprego, de desenvolvimento económico, de gestão e administração da “Coisa Pública” e recursos humanos a ela afectos e de Ordenamento de Território e Políticas Ambientais;**

- Não confundimos liberalismo político com liberalismo económico – o reconhecimento da diversidade e da livre iniciativa não implica a não exigência de uma intervenção propulsora e coordenadora por parte de uma governação solidária, consciente das responsabilidades aferidas pelo interesse colectivo – estando aqui em causa a figura de uma “liberdade concertada”, uma liberdade pautada pelo desempenho das instituições e exercida quotidianamente no espaço público, dos encontros profissionais, pessoais e familiares;
- Tudo isto implica que a nível da economia o foco deva estar centrado na promoção da procura global, o que implica a adopção de políticas proficientes de emprego e de distribuição do rendimento, sendo certo que não podemos votar uma parte da população à ociosidade, ao infortúnio social e à privação económica;
- A propósito de desenvolvimento – e da sua concretização que é, evidentemente, a qualidade de vida de todos e de cada um – convém reflectir com a devida profundidade, sobretudo na preponderância do PIB e da sua evolução relativa (sobretudo, “per capita”) ao longo dos anos, como única medida de comparação relativa da evolução entre Países, que tudo justifica na definição das Políticas Públicas;

- Nesta linha, e à luz da Sustentabilidade, enquanto paradigma do novo Milénio, preocupa-nos o podermos começar a acompanhar a Procura de Indicadores de Aferição de Qualidade de Vida, sendo que estes estão mais próximos dos Cidadãos; Segundo o que cremos, o GPI – Genuine Progress Indicator (<http://www.rprogress.org/index.htm>) – configura-se como um dos modelos que deverá ser acompanhado, por ser promissor quanto às possibilidades de aplicação que abre, bem como os efeitos operativos sobre o consequente contributo para a promoção do bem estar dos cidadãos;
- Há, de facto, mais VIDA nas sociedades para além do PIB, pelo que se nos impõe enquadrar a vertente do Crescimento Macroeconómico (dos Países e em particular do nosso País) nas singularidades que são conferidas pelas dimensões social, ambiental e cultural, porque não existe democracia sem a vivência efectiva das diferenças no quadro de uma cooperação holística e sistémica.

### **3. No Modelo de Educação, de Formação Cívica e de Cultura e Conhecimento;**

- Assumimos que uma educação de qualidade para todos é mais do que um desafio financeiro e que a aliança entre conhecimento e vocação está para além de uma leitura mecanicista do mercado;
- Impõem-se escolhas políticas decisivas, segundo uma complexa rede de intervenções, tão indispensáveis quanto urgentes, para que se possa promover um desenvolvimento sustentado e equitativo, sendo a qualidade da educação um factor determinante para a instauração dos eixos para alcançar o objectivo último do bem estar dos cidadãos;
- É assim premente um olhar crítico perante o actual paradigma educativo, que procurando ser democraticamente abrangente, acaba por ser exclusivo e não inclusivo, ao não promover uma formação que facilite a efectiva integração laboral, o que deve ser manifestamente o objectivo maior de um sistema educativo.

#### **4. No Sistema de Saúde;**

- Estamos conscientes de que o acesso à saúde deve ser um alienável direito de todos os cidadãos;
- No entanto questionamo-nos sobre qual o papel do Estado enquanto prestador do serviço, não numa visão dogmática, mas apenas colocando em questão aquilo que hoje, fruto de uma visão colectivista e ultrapassada, parece ser a única opção possível;
- Acreditamos por isso no acesso universal e tendencialmente gratuito à saúde, questionando-se apenas a função prestadora do Estado.

#### **5. No Sistema de Justiça;**

- Sob pena de fragmentações irreversíveis do tecido social, reconhecemos que não existe liberdade positiva sem liberdade negativa – caso contrário cairíamos no absurdo de pretender que o indivíduo se pode posicionar fora da sociedade;
- Aquilo que devemos almejar é configurar o sentido de pertença a partir também da implementação de regras a cumprir, para além do devido reconhecimento do direito à individualidade;
- Defendemos a necessidade de ser observada tanto a estabilidade normativa quanto a qualidade e simplicidade na produção das normas;
- Por outro lado, defendemos que a Justiça deve comprometer-se – constante e consistentemente – com desempenhos e valores morais, derivando de um atributo pessoal, humano, a Justiça é uma virtude, entre outras;
- Com a ajuda de regras, e das condições adequadas para as acções, também a competição passará a estar vocacionada para proporcionar vantagens a todas as partes, segundo uma ética de ordenamento social, em que a procura individual de vantagens é compatível com o princípio da solidariedade.

## 6. No Sistema de Segurança e Defesa;

- Sendo apologistas de que a liberdade só pode ser exercida no contexto de uma sociedade segura, não acreditamos porém numa sociedade securitária, que tende assim para se substituir ao indivíduo no uso dessa mesma liberdade;
- A solução parece-nos ser evidentemente o desenvolvimento social e o aumento da qualidade de vida, pois esta é a melhor garantia de que a criminalidade e a exclusão social serão diminuídas;
- Ainda assim acreditamos que o exercício da segurança e da defesa nacional, enquanto funções essenciais do Estado, devem ser assegurados por agentes devidamente formados e equipados, o que manifestamente não ocorre hoje;
- Claro que a limitação da acção em tempos de paz deve ser ultrapassada, devendo haver uma prossecução de tarefas socialmente compensatórias do estatuto e esforço que o país faz para a manutenção dessas estruturas;
- Estamos perante um novo olhar que permite entender a segurança e a defesa como sistemas socialmente integrados e não isola;

## 7. Nas Prioridades para Portugal na próxima década

- Trazendo o tema do **Mar** para a primeira linha, criando, finalmente, as condições políticas para que este recurso possa ser encarado como fundamental para o futuro do País;
- Encarando, em definitivo, a **Floresta**, sua preservação, defesa e competitividade, como uma das áreas prioritárias para a I&D em Portugal;
- Apostando de forma coerente e concertada no **“independência” alimentar** do País, incentivando todas as práticas tradicionais de agricultura de subsistência e ocupação. Importa, pois, assumir a vocação nacional para a existência de **“clusters” de excelência nalgumas Indústrias ligadas ao sector primário** (vinho, azeite, fruta - laranja, maçã, cereja, kiwi...);

- Continuando a incentivar o **Turismo** como vector fundamental para a diferenciação e competitividade do País;
- Estimulando, desde o ensino secundário, o encaminhamento profissional para uma actividade profissional concreta, despertando, sempre que possível e admissível, o interesse pelo **Empreendedorismo** ligado à Inovação e à criatividade, como missão para quem educa, em casa e na escola;

O **MMS-PLD Partido Liberal Democrata** será um fórum alargado de discussão aberta, mas consequente, sobre todas estas reformas, sendo nossa intenção fazer evoluir o Manifesto que esteve na génese do Partido para o **MANIFESTO PORTUGAL 2020, a editar no primeiro trimestre de 2011**.

Não nos conformamos com o actual ponto de partida de Portugal.

O País e os Portugueses, apesar das dificuldades que se aproximam, podem e devem exigir mais de quem os Governa, assim se mobilizem em torno de um projecto de mudança que urge acelerar.

Vamos em Frente, e Viva Portugal.

Fevereiro de 2010.

-----  
(Francisco José Rodrigues Gomes de Oliveira)

Militante N. 2 do Movimento Mérito e Sociedade